A Companhia Britânica das Índias Orientais e o comércio com a China

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Uma companhia entre o comércio e o império

A Companhia Britânica das Índias Orientais, constituída por carta régia em 1600, era no início do século XIX um híbrido sem paralelo: uma sociedade por ações cujos acionistas se reuniam em Londres e, ao mesmo tempo, um poder soberano que governava grande parte do subcontinente indiano com seus próprios exércitos e sua própria administração civil. Seus funcionários eram simultaneamente mercadores, administradores e diplomatas, cujas decisões eram moldadas pelo cálculo comercial, pelos interesses estratégicos do Estado britânico e pelas ambições de seus oficiais na Ásia.[1]

O Parlamento supervisionava a Companhia por meio de renovações periódicas de sua carta. O Charter Act of 1813 pôs fim ao monopólio comercial da Companhia na Índia, salvo quanto ao comércio de chá e ópio e ao comércio com a China.[2] A partir de 1813, os mercadores britânicos privados podiam comerciar livremente com a Índia, enquanto o comércio com a China continuou reservado à Companhia até a

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

renovação seguinte da carta, pelo Government of India Act 1833.[3] Singapura foi fundada no intervalo entre essas duas leis, numa época em que o comércio com a China era o negócio mais valioso da Companhia e alvo de pressão crescente dos mercadores privados.

O comércio com a China e o monopólio do chá

No centro do comércio com a China estava o chá. À medida que a demanda britânica por chá chinês crescia ao longo do século XVIII, as compras da Companhia em Cantão tornaram-se uma das principais fontes de seus lucros e da receita do Estado britânico, que tributava o chá na chegada. As autoridades chinesas restringiam o comércio estrangeiro a Cantão e a uma guilda de mercadores licenciados, os mercadores Hong, dos quais os estrangeiros tinham de comprar com prata.[4]

A rota da Índia para Cantão passava pelo estreito de Malaca e pelo estreito de Singapura. Os navios que partiam de Calcutá, Madras ou Bombaim rumo à China precisavam de portos onde pudessem abrigar-se das tempestades, abastecer-se de água e provisões e aguardar a monção. A Companhia detinha Penang, fundada em 1786. Em 1818, ainda esperava manter Malaca e Java, que ocupara durante as Guerras Napoleônicas. A devolução desses territórios aos Países Baixos nos termos do acordo de paz deixou a saída sul do estreito sob influência holandesa.[5]

Country Traders, ópio e o problema da prata

A Companhia resolveu o problema da prata no comércio com a China de uma forma que moldaria a economia do Sudeste Asiático durante um século. Mercadores privados britânicos e indianos, os Country Traders (comerciantes privados do comércio intra-asiático), levavam mercadorias indianas à China e aos portos do arquipélago, sobretudo algodão e ópio, cuja produção em Bengala a Companhia controlava. A prata que os Country Traders ganhavam na China era depositada no tesouro da Companhia em Cantão contra letras de câmbio pagáveis em Londres ou na Índia. A Companhia usava então a prata para comprar chá.[6]

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

O mecanismo merece atenção porque descreve, em sua essência, um sistema financeiro. As mercadorias circulavam numa direção, a prata em outra e as letras de câmbio numa terceira. Mercadores em Calcutá, Cantão, Londres e nos portos do estreito concediam crédito uns aos outros com base nessas letras e no conhecimento mútuo de sua reputação. Os portos da rota eram nós de uma rede de crédito, além de lugares de comércio. Singapura entrou nessa rede desde o momento de sua fundação. Suas Agency Houses (casas de agência comercial), examinadas na Parte B, nasceram dela.

O comércio de ópio era também a sombra moral e jurídica do sistema. Como as autoridades chinesas proibiam a importação de ópio, o comércio dependia do contrabando e da corrupção de funcionários. Nos portos do estreito, o ópio era legal e tributado. A receita de sua venda tornou-se, como se verá adiante, um pilar das finanças públicas de Singapura. A ligação entre o crescimento do porto e um comércio que as gerações posteriores condenaram faz parte da história do centro financeiro e é examinada na Parte B.

O problema estratégico de 1818

Em 1818, os oficiais da Companhia na Ásia enfrentavam um problema estratégico. A devolução de Malaca e Java aos holandeses ameaçava dar aos Países Baixos o controle das duas passagens entre o oceano Índico e o mar da China Meridional, o estreito de Malaca e o estreito de Sunda. Os holandeses haviam mostrado em Riau, em 1784, que estavam dispostos a impor seu controle pela força. Seu sistema de monopólios e tributos era, além disso, hostil ao comércio privado britânico. Penang ficava ao norte demais para proteger a rota meridional.

O governador-geral da Índia, Lord Hastings, foi convencido em 1818 a financiar uma expedição para estabelecer uma nova base britânica na região, com a ressalva de que ela não deveria hostilizar os holandeses.[7] O mandato era cauteloso. A Companhia queria uma estação na rota meridional sem conflito com os Países Baixos, cuja amizade a Grã-Bretanha prezava na Europa após as Guerras Napoleônicas. A tensão

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

entre esses dois objetivos – uma base que enfraquecesse o controle holandês, obtida sem provocar os holandeses – moldou a fundação e a disputa diplomática que se seguiu.

Notas

1. Sobre o caráter dual da Companhia Britânica das Índias Orientais como empresa comercial e poder territorial no início do século XIX, ver Philip Lawson, *The East India Company: A History*, Londres, Longman, 1993, e H.V. Bowen, *The Business of Empire: The East India Company and Imperial Britain, 1756–1833*, Cambridge, Cambridge University Press, 2006. ↩
2. Wikipedia, "Charter Act of 1813" (acesso em setembro de 2026): "the Company's commercial monopoly was ended, except for the tea and opium trade and the trade with China". ↩
3. Wikipedia, "Charter Act of 1813" (acesso em setembro de 2026): a carta foi renovada em seguida pelo Government of India Act 1833. ↩
4. Sobre o sistema de Cantão, os mercadores Hong e o problema da prata no comércio com a China, ver Paul A. Van Dyke, *The Canton Trade: Life and Enterprise on the China Coast, 1700–1845*, Hong Kong, Hong Kong University Press, 2005. ↩
5. Java foi devolvida aos Países Baixos em 1816 e Malaca em setembro de 1818; ver Wikipedia, "William Farquhar" (acesso em setembro de 2026), sobre o retorno holandês a Malaca em setembro de 1818. ↩
6. Sobre o comércio triangular entre a Índia, a China e a Grã-Bretanha e o papel do ópio e das letras de câmbio, ver Michael Greenberg, *British Trade and the Opening of China 1800–42*, Cambridge, Cambridge University Press, 1951. ↩
7. Wikipedia, "Founding years of modern Singapore" (acesso em setembro de 2026): Hastings foi convencido em 1818 a "fund an expedition to establish a new British base in the region, but with the proviso that it should not antagonise the Dutch". ↩

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com